

## O PROGRAMA PATRONATO E SUAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO AMBIENTE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

**Área temática: Direitos Humanos e Justiça**

Coordenador da Ação: Marli de Fátima Rodrigues<sup>1</sup>

Autor: Ângela de Quadros Mongruel<sup>2</sup>, Milena da Silva Gorette Castanha<sup>3</sup>, Silmara Carneiro e Silva<sup>4</sup>, Taciane Nayara de Siqueira Chagas<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar uma ação que foi realizada pelo Programa Patronato de Ponta Grossa em parceria com a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e com a Cadeia Pública de Ponta Grossa Hildebrando de Souza. O referido Programa é uma ação extensionista desenvolvida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA). Partindo da proposta de trabalho multidisciplinar, o Programa realiza projetos que buscam contribuir socialmente para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade que seus assistidos apresentam. Nessa mesma perspectiva, esta comunicação relata uma experiência de trabalho realizado no regime fechado com os detentos que são alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Profº Pasqualini (CEEBJA). Para esta ação, utilizou-se como referência a aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa, a qual proporciona aos sujeitos a

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UFPR (2005). Professora do Departamento de Educação da UEPG. Supervisora da área de Pedagogia do Patronato de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: marlirodpg@uol.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Direito do Estado na UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

<sup>3</sup> Especialista em Gestão Educacional pela UEPG (2016). Pedagoga no Programa Patronato de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

<sup>4</sup> Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Coordenadora do Programa Patronato de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

<sup>5</sup> Bacharel em Direito pela UEPG (2012). Advogada no Programa Patronato de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Pós-Graduação  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



autorreflexão e a sensibilização para a tomada de consciência enquanto agentes sociais com direitos e deveres. A longo prazo, o objetivo das ações desenvolvidas pelo Programa é o de contribuir para a diminuição da reincidência criminal e incentivar os sujeitos a desenvolver sua autonomia.

**Palavras-chave: Patronato, Justiça Restaurativa, Regime fechado.**

## 1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação é resultado das ações que são desenvolvidas pelo Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, o qual é um programa de natureza extensionista desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tendo como parceiras a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA). Além dessas parcerias, são executadas ações juntamente com o Ministério Público, Poder Judiciário, Centro de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, na perspectiva de ampliação e diversificação das metodologias de atendimento, por meio da utilização de técnicas de justiça restaurativa.

O Programa atua no atendimento, encaminhamento e acompanhamento do processo de cumprimento de pena de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) de indivíduos beneficiados por medidas alternativas em crimes de menor potencial ofensivo e egressos do sistema penitenciário. As atividades são desenvolvidas numa perspectiva humanizadora, promovendo ações de prevenção da reincidência criminal e a melhoria da qualidade da execução das decisões judiciais.

Partindo desses pressupostos, este artigo relata uma experiência da equipe num espaço do regime fechado, o qual contribuiu para o conhecimento da realidade dos sujeitos que podem futuramente serem atendidos pelo Programa. Da mesma forma, esse contato com os detentos, proporcionou a eles um momento de autorreflexão acerca das condições que os levaram as condições em que se



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas e  
Mestrado

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



encontram.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A fim de contribuir para a diminuição da reincidência criminal e pensando no acesso aos direitos fundamentais como condição de cidadania, as ações desenvolvidas pelo Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa têm caráter preventivo, principalmente considerando que em nosso país o acesso a políticas públicas não é garantido a todos os cidadãos e, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos egressos quando estes retornam ao convívio social.

As atividades desenvolvidas pelo Programa não se restringem exclusivamente apenas aos assistidos que cumprem PSC, encaminhados judicialmente pelo fórum da Comarca, mas há ações que ocorrem de modo colaborativo com outras instituições que atendem sujeitos em condições vulneráveis, assim como os assistidos pelo Programa. O trabalho realizado na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e Cadeia Pública de Ponta Grossa Hildebrando de Souza na “Semana de Educação e Trabalho” promovido pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof<sup>o</sup> Pasqualini é um exemplo de ação que foi executada com alunos que frequentam as aulas na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no regime fechado, de forma colaborativa, pela equipe do Programa. Esta atividade foi fundamentada na prática da Justiça Restaurativa, a qual prevê técnicas específicas que possibilitam ao grupo a participação ativa de todos os envolvidos. É pautada no diálogo, horizontalidade, igualdade, conexão, inclusão, responsabilidade e empoderamento. Nesse sentido, entende-se que:

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, técnicas e ações, por meio dos quais os conflitos que causam dano são solucionados de modo estruturado, com a participação de vítima, ofensor, famílias, comunidade e sociedade, coordenados por facilitadores capacitados em técnica autocompositiva e consensual de conflito, tendo como foco as necessidades de todos envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o evento danoso e o empoderamento da comunidade e sociedade, por meio da reparação do dano e recomposição do tecido social rompido pela infração e suas implicações para o futuro. (PENIDO, 2015 apud SALMASO, 2016, p.38).



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Prá-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



Entretanto, o trabalho realizado pelo Programa na Penitenciária e na Cadeia Pública, foi com o propósito de promover um fortalecimento de vínculo, ou seja, a proposta de trabalho objetivou promover a reflexão dos sujeitos (detentos) sobre as condições que se encontram, sua responsabilidade social e familiar, as influências que a educação exerce sobre o processo de ressocialização e no trabalho numa perspectiva futura. Os elementos utilizados remetem claramente aos da Justiça Restaurativa, sendo eles: os facilitadores, o círculo, o objeto de centro, o objeto da palavra, cerimônia de abertura e encerramento, diretrizes e perguntas norteadoras. Destaca-se que essa metodologia de trabalho é prevista de acordo com a Resolução nº 225 de 31/05/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa. Conforme o Art. 1º desta resolução:

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado (...)

Ao se tratar de Justiça Restaurativa são considerados os princípios de voluntariedade, confidencialidade e consenso, pois, esse modelo de trabalho busca uma abordagem ética, portanto, para participar do mesmo é necessário que os envolvidos sintam-se seguros para compartilhar seus pensamentos e experiências, assim como, estejam em conformidade com os procedimentos. Os facilitadores se colocam numa posição de igualdade entre os pares, a fim de que o grupo chegue a um consenso de satisfação comum. Entende-se, portanto, que “os participantes precisam receber o apoio emocional necessário e estar dispostos a participar. O treinamento dos mediadores é essencial. E tudo deve acontecer no momento certo” (ZEHR, p.25, 2008). Em suma, essa metodologia de trabalho contribuiu significativamente para o trabalho realizado.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Considerando a responsabilidade social do Programa Patronato em contribuir para a diminuição da reincidência criminal, assim como, os princípios



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Prá-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



norteadores da Justiça Restaurativa, este trabalho permitiu uma reflexão mais consistente sobre os problemas que a sociedade enfrenta, principalmente, no que tange as políticas públicas.

A proximidade do Programa com a comunidade e com realidades que se articulam com os objetivos do mesmo, possibilitam uma reflexão sobre a prática que está sendo realizada e conseqüentemente, o planejamento de novas propostas de trabalho conforme as necessidades sociais. Desse modo, a prática do Programa torna-se cada vez mais significativa e fundamental para a sociedade atual.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao trabalho realizado pela equipe do Programa Patronato de modo colaborativo com instituições que comportam o regime fechado, aplicando as técnicas de Justiça Restaurativa, destacam-se a importância e responsabilidade social que essas ações propiciam aos assistidos, despertando, nos mesmos, o reconhecimento de sua participação na sociedade como agentes sociais.

Considerando ainda, que um dos objetivos do Programa é auxiliar no processo de ressocialização, pode-se enfatizar que o trabalho executado influencia de forma significativa nesse processo, pois o fortalecimento de vínculos por meio de autorreflexão e responsabilização das ações é um dos fatores que estimula a autonomia e emancipação dos sujeitos numa perspectiva futura.

Destaca-se que a execução da ação relatada nesta comunicação repercutiu significativamente e já está apresentando resultados positivos, pois, de acordo com relatos informais do diretor do CEEBJA Pascoalini, os detentos têm apresentado interesses em participar de novas atividades com a mesma proposta. Assim, a equipe já recebeu um novo convite para desenvolver o mesmo trabalho com a ala feminina do regime fechado da Cadeia Pública de Ponta Grossa.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Resolução Nº 225 de 31 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos->



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



adm?documento=3127 >. Acesso em: 20/06/2017.

SALMASO, Marcelo Nalesso. Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (Coor.). **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225/Coordenação**. Brasília: CNJ, ed. 1, p. 15-64, 2016.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



unioeste  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Pr. Rector de Foz de Iguaçu - FROEX



INSTITUTO  
FEDERAL  
Paraná

REALIZAÇÃO:



UNILA | PROEX  
UNIVERSIDADE  
NACIONAL  
LUIZ DE MOURA  
BRASIL